

A inclusão digital como desafio da educação na Sociedade da Informação

Evandro Prestes Guerreiro

Este trabalho se divide em duas partes. Na primeira procuramos explorar o conceito de educação em seu princípio humano-ontológico, articulando a capacidade de sonhar como imprescindível na materialização da consciência de si e a consciência social, enquanto indicadores do processo educativo na sociedade da informação. Na segunda parte, buscamos relacionar a educação com a questão da inclusão digital, tendo sua expressão maior na exclusão social, entendendo que a educação se realiza num processo eficaz, traduzido por uma metodologia interativa e que envolva proativamente os atores educacionais.

1. ENTENDENDO A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A educação é expressão do processo de desenvolvimento da consciência humana de si em sociedade e sua relação com a produção e reprodução do bem estar material e espiritual. É por meio da educação que os indivíduos começam a tirar a "casca" bruta defensiva da realidade e aprendem a sonhar.

O universo educacional é surpreendente por natureza, pois ao tomar consciência de si, movido pelas relações sociais, o indivíduo entra em contato com seu potencial desconhecido e aos poucos vai revelando sua capacidade criativa para resolver os problemas comuns e pertinentes da construção de um mundo novo e cada vez mais ilimitado tecnologicamente.

Quanto mais se avança na escala evolutiva humana, mais complexa e paradoxal a sociedade se torna e conseqüentemente, a educação vai ocupando um lugar de destaque na vida social, uma vez que é o olhar crítico das pessoas sobre a realidade que as ensina a discernir os sonhos da fantasia.

A fantasia morre na realidade, o sonho por sua vez, cria vida nesta. A educação possibilita aos indivíduos as condições materiais para sofisticarem seus recursos pessoais e enfrentarem o fenômeno da ignorância, transformando as fantasias em sonhos e conseqüentemente, em realidade.

A realidade é por excelência o espaço material que nos facilita a revelação de nossos limites e potencialidades enquanto seres de transformação. Quer dizer, só é possível entendermos as condições objetivas da realidade, criarmos soluções viáveis aos seus obstáculos e produzirmos as inovações que projetam o futuro humano se formos capazes de sonhar.

Sonhar é, portanto o princípio da tomada da consciência de si na relação do indivíduo com o mundo. Desta forma, a consciência de si torna-se uma das categorias essenciais na educação. É sonhando que desenvolvemos nossa sensibilidade social para melhor compreender nossos limites e potencialidades situacionais e assim, produzirmos tecnologias virtuosas e conscientes que atendam a demanda humana na modernidade, integrando responsavelmente as necessidades da vida social e a disponibilidade de recursos da natureza.

A percepção coletiva de que estamos no mundo em companhia de outros seres vivos na natureza, independente de mantermos relação direta ou indireta com eles, nos remete para outra categoria decisiva na educação que é a *consciência social*.

Precisamos transmitir as novas gerações o sentido e o significado da importância de lutarmos pelo direito a vida dos nossos semelhantes, mas também, não podemos perder de vista em nossas observações, a dimensão do conhecimento sobre o impacto de nossas *ambições* nos destinos da cadeia evolutiva natural.

Esta compreensão depende fundamentalmente da educação, mas por outro lado, é condição objetiva para o Estado gerar um sistema regulador de maior eficácia sobre os impactos das ações humanas na natureza. Em abordagem crítica bem instrumentalizada, Ladislau, nos alerta a este respeito colocando que "o comportamento ambiental menos destrutivo do solo e menos nocivo para o consumidor também depende de um forte sistema de atividade reguladora do Estado, além de um grande esforço para mudar a cultura do setor através de processos educativos".

A atividade reguladora do Estado não é, entretanto, uma uniformização e centralização excessiva do poder, mas pelo contrário, trata-se de um processo gradativo de transparência ética e publicização dos mecanismos de envolvimento da sociedade na produção, gestão e usufruto dos benefícios das políticas sociais de forma a permitir que o indivíduo *se autorize* ao exercício efetivo da cidadania local numa perspectiva emancipadora e criativa.

O exercício efetivo da cidadania vai se constituir e se legitimar no universo de maior demanda de mudança e inovação no processo educacional, pois requer que esta possa acontecer de forma autônoma e o menos tecnocrática possível por um lado e por outro, que o Estado atue institucionalmente de forma a permitir que o cidadão se aproxime e participe localmente das tomadas de decisões no campo político, social, econômico e cultural. Tal impacto somente será possível se o burocratismo estatal passar por uma ampla mudança de postura em seu papel e mentalidade gerencial. A consciência social é neste caso, resultante da integração de nossa percepção sobre os sonhos de vida no mundo e o impacto ambiental que geramos quando intervimos coletivamente na realidade. Por outro lado, a livre expressão da consciência social implica na efetiva regulação do Estado, tanto como orientador institucional, como controlador legal dos impactos na natureza, conforme apresentamos a seguir:



Preparar crítica e sensivelmente as gerações sobre os sonhos despertados pela consciência de si e os impactos das ações coletivas na realidade, revelando a consciência social com os semelhantes e com os seres vivos em geral, acreditamos ser um dos maiores desafios da educação na atualidade.

Neste sentido, temos a educação como sendo a expressão de nós mesmos no mundo e o Estado como o promotor das condições institucionais necessárias para que possamos manifestar nosso poder criativo da forma menos nociva possível e autônoma.

Para atingirmos este estágio de maturidade humana na relação com a natureza e na convivência social, a educação precisa incorporar uma postura de mudança na percepção da realidade, tendo como indicadores:

- A visão pluralista e antixenofóbica do mundo;
- O hábito democrático e pacífico da convivência crítica;
- A contradição histórica presente no desenvolvimento sócio-econômico;
- O valor imprescindível da inovação tecnológica, cultural e política;
- A legislação como orientadora das relações sociais e ambientais;
- O conflito como instrumento integrador das diferenças;

- A problematização como princípio da construção do conhecimento autônomo da realidade.

Estes aspectos levantados fortalecem a consciência coletiva e potencializam a consciência de si. Paulo Freire em sua antológica abordagem a respeito da relação entre a educação e a mudança de percepção humana sobre a realidade, ressalta que "esta mudança de percepção, que se dá na problematização de uma realidade concreta, no entrelaçamento de suas contradições, implica um novo enfrentamento do homem com sua realidade. Implica uma *apropriação* do contexto; uma inserção nele; um não ficar *aderido* a ele; um não estar quase *sob* o tempo, mas no tempo. Implica reconhecer-se homem. Homem que deve atuar, pensar, crescer, transformar e não se adaptar fatalisticamente a uma realidade desumanizante" .

Esta inclusão crítica e contextualizada do indivíduo no mundo, orientando no processo de construção do conhecimento sobre a realidade e a apreensão consciente dos impactos gerados na sociedade e na natureza é o papel decisivo da educação na sociedade da informação.

Ressaltamos neste momento a importância de analisarmos o que seja esta sociedade da informação. Neste sentido, tendo como referência os estudos de Naisbitt , entendemos que a sociedade da informação possui quatro grandes referências fundamentais que a legitimam enquanto tal e fazem produzir um impacto social global revolucionário, quais sejam:

- A integração tecnológica como expressão das soluções nas empresas e na comunicação entre os indivíduos globais;
- As parcerias como princípio estratégico de fortalecimento da competitividade no mercado global;
- A criação da rede global a partir da formação de uma rede de telecomunicações sem fronteira aproximando os indivíduos e globalizando o mercado;
- A universalização e personalização das comunicações tendo os telecomputadores como os propulsores do acesso à tecnologia.

A sociedade da informação, por assim dizer, sinaliza para o ato de educar como forma de evitar maior exclusão social, uma vez que a inclusão nesta sociedade de consumo se traduz pela manifestação livre dos desejos e necessidades humanas satisfeitos pelo acesso aos bens e serviços produzidos. Isto é, educar para a inclusão social na economia digital requer principalmente:

- Preparar os indivíduos para melhor se adaptarem as condições globalizadas de mercado, a partir da eficiência operacional e a qualificação múltipla;
- Ensinar como operar com os meios tecnológicos de produção e comunicação, discernindo criticamente a relação entre minimizar custos para maximizar o lucro;
- Reforçar a individuação na modernidade e a autonomia, sem negar o capital relacional humano como condição para seu desenvolvimento;
- Sinalizar atentamente para o processo de unificação da cultura de consumo na parcela de menor poder aquisitivo e a sua diversificação na parcela com maior poder aquisitivo na sociedade, que acaba por legitimar os mecanismos de apartheid social;
- Observar cuidadosamente os princípios da desterritorialização e do transnacionalismo global, criando recursos de promoção da identidade local enquanto referência para o desenvolvimento cultural humano na modernidade;

- Descaracterizar as telecomunicações e a informática como os grandes e únicos agentes propulsores da inclusão econômica e social na sociedade da informação;
- Apresentar as redes sociais como um dos mecanismos organizadores dos interesses coletivos, sem negar a articulação presencial do movimento social como o principal promotor dos valores da cidadania;
- Apontar a racionalidade como a lógica que justifica os avanços tecnológicos, mas sem perder de a sensibilidade como o motor da evolução humana na sociedade da informação;
- Colocar a tecnologia como mediador e decodificador do problema de inclusão digital, reforçando o debate sobre a relação entre a consciência de si e a consciência coletiva do indivíduo, enquanto sujeito social de responsabilidades e comprometerimentos;
- Evitar a desideologização dos indivíduos quanto aos impactos das ações institucionais estatais e privadas sobre a realidade social, econômica, política, cultural e ambiental.

A educação na sociedade da informação nos alerta para a necessidade do indivíduo ser incluído digitalmente, mas também, orientá-lo para apropriar-se dos instrumentos e ferramentas que evitem, por um lado, a sua transformação em mero cidadão-consumidor, aquele que sente necessidade e desejo de consumir e irá procurar as condições legais (e ilegais) que o permitam ter acesso aos benefícios do mercado e por outro, induzi-lo a colocar a criatividade a serviço das necessidades do mercado global, tipificando-o como mero cidadão-reprodutor.

Este paradoxo entre educar o indivíduo para estar sintonizado proativamente com as mudanças sociais e preparado para enfrentar as exigências do mercado local e global, é fator determinante na economia digital, como bem nos aponta Tapscott ao ressaltar que, "la economía digital exige un nuevo planteamiento de la educación y, en un sentido más amplio, del aprendizaje y su relación con el trabajo y la vida cotidiana del consumidor" .

Por assim compreender, a educação na sociedade da informação representa muito mais um mecanismo de maior projeção da inclusão social, que necessariamente a inclusão digital do indivíduo. Quer dizer, a inclusão digital é uma condição necessária para entrarmos na sociedade da informação, porém, precisamos ter a percepção sobre a realidade de forma contextualizada e construirmos uma sociedade menos excludente social, econômica, política e culturalmente, traduzindo os anseios tanto das comunidades virtuais, como das presenciais, na direção de um mundo tecnologicamente viável e inovador.

Portanto, somente a educação é capaz de desanuviar o olhar crítico dos indivíduos sobre a realidade , possibilitar a problematização do desconhecido e gerar as condições objetivas de aprendizagem para que possamos desenvolver a responsabilidade social de nosso livre arbítrio e de nossos sonhos, para operarmos uma transição criativa desta sociedade da informação para uma futura sociedade do conhecimento.

2. A EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO DIGITAL

A inclusão digital é uma necessidade que se caracteriza a partir do fato de que a maior parte da sociedade ocupa um universo de inacessibilidade aos benefícios tecnológicos difundidos na sociedade da informação. A necessidade por sua vez é uma condição primordial no ser humano e, portanto, sempre existirá enquanto estrutura que impulsiona a sociedade para o futuro.

O futuro é imprevisível. A necessidade neste caso nos força a criar estratégias que nos permitam projetar o destino a partir da falta existente no tempo presente. Quer dizer, as necessidades decorrem da falta de satisfação, de bem estar, de prazer.

O mal estar da sociedade é que impulsiona a busca de melhores condições de vida e esta por sua vez é orientada pela demanda de necessidades gerais do indivíduo.

O ser humano não suporta o desconforto e em função disso, passa boa parte de sua vida procurando um estado de bem estar constante, entretanto, cada vez que a sensação de prazer lhe preenche a alma, percebe que esta é passageira e provisória, então sai em busca de uma eterna felicidade. A necessidade é assim, um sinalizador positivo de que estamos vivos e aprendendo cada vez mais sobre nós mesmos e sobre o mundo em que vivemos.

A necessidade se estrutura em duas dimensões na vida humana, a primeira encontra-se na dimensão individual, o Eu, sendo manifesta singularmente conforme o estado de espírito do ser, já a segunda é expressão da particularidade do Eu em relação com o Tu, se articulando universalmente na dimensão do humano-genérico.

Compreendendo desta forma, podemos dizer que a inclusão digital é parte da estrutura da agenda da sociedade da informação, assim como a educação é parte da estrutura social humana. Isto é, educação e inclusão constituem uma mesma estrutura: *a necessidade humana de bem estar*.

Para que haja inclusão é fundamental que os mecanismos de exclusão social sejam minimizados substancialmente a ponto dos indivíduos se reconhecerem livres e participes da construção dos destinos de sua humanidade.

A liberdade é assim, uma condição primordial na inclusão, pois o livre arbítrio é o suporte da educação humana. Entretanto, a liberdade, no caso da sociedade de consumo, requer objetivamente:

- Trabalhar para ganhar dinheiro;
- Ganhar dinheiro para consumir;
- Ter consumo para produzir;
- Produzir para satisfazer;
- Ter satisfação para as necessidades;
- Ter necessidades para continuar a consumir.

A inclusão social por assim entender, acaba sendo reduzida ao consumo na sociedade atual e como o consumo tem a ver com a necessidade de possuir o objeto de satisfação e bem estar individual, isto nos remete à percepção do princípio de realidade e princípio do prazer, presentes na estrutura de satisfação das necessidades. Considerando que a satisfação das necessidades é uma condição permanente de absorção das demandas sociais em termos de acesso as oportunidades e ao consumo, temos neste ponto o paradoxo da atualidade, ou seja, a não garantia destas condições, coloca o indivíduo no universo das privações de acesso aos benefícios gerados na sociedade. Assim, a necessidade está intimamente associada com a condição de pobreza e miséria, enquanto privações históricas e contextuais e, tanto uma como outra, decorre da ausência de condições mínimas de vida e acesso do cidadão aos benefícios produzidos na sociedade.

Para Castells "a pobreza é uma norma definida institucionalmente, que se refere a um nível de recursos abaixo do qual não é possível atingir o padrão de vida considerado mínimo em uma sociedade e época determinadas", por outro lado, o mesmo autor propõe analisar a miséria a partir do entendimento do que os estatísticos apresentam como pobreza extrema, caracterizada como o nível mais baixo de distribuição de renda/ bens, também chamado de privação e que é constituída por um grande impacto gerado pela explicitação das desvantagens sociais, econômicas, culturais, políticas e psicológicas.

Assim, a inclusão na sociedade de consumo só é possível com a erradicação da pobreza e da miséria. O desafio é criar mecanismos que possibilitem ao indivíduo se sentir material e espiritualmente respeitado em seu livre arbítrio enquanto cidadão de direitos e incluído no acesso sócio-econômico e político-cultural da sociedade da informação.



Para que isto seja viabilizado, a educação precisa integrar as potencialidades da sociedade da informação em termos de inclusão digital, mas não simplesmente no sentido de disponibilizar o acesso à internet e às informações, mas sim, preparando o indivíduo para aprender como discernir a quantidade de informações disponíveis e redirecioná-las qualitativamente para que façam sentido em sua vida e possuam algum significado prático em termos de conhecimento. Quer dizer, não é suficiente *saber* das informações é preciso transformá-las em *conhecimento* também.

A sociedade da informação reforça por assim dizer, a necessidade do indivíduo querer saber cada vez mais e de forma voraz. Como o volume de informações gerado é assustadoramente mais rápido e diversificado a cada instante, saber o suficiente já é paradoxalmente, uma forma de não saber .

Esta contradição característica do mundo digital agrava-se substancialmente, conforme as gerações não vão sendo preparadas para absorverem de forma crítica as informações que são produzidas incessantemente. Cabe a educação neste caso, desenvolver os indivíduos para resolverem problemas da vida moderna e conseqüentemente produzirem conhecimentos a partir de informações fragmentadas e aparentemente sem nexos.

A metodologia educacional é, portanto, um aspecto essencial no modelo de transmissão das informações e conseqüente, construção do conhecimento. Nos referimos aqui a um processo de aprendizagem situacional espontâneo, orientado e contextualizado, o que requer uma qualificação para os novos tempos tanto por parte do educador, que precisa comprometer-se , como pela instituição.

O educando na sociedade da informação precisa aprender como lidar com as informações transformando-as em conhecimentos que gerem melhores condições de vida e inclusão social. Obviamente, que aprender o que fazer com tanta informação é um desafio também para o educador.

Por outro lado, educador e educando só poderão estabelecer uma relação de aprendizagem situacional espontânea e virtuosa se a instituição incorporar a necessidade de inovação tecnológica, enquanto recurso facilitador do processo educacional e organizacional e correr o risco de empreender responsabilmente na sociedade da informação. Em linhas gerais, isto implica em:

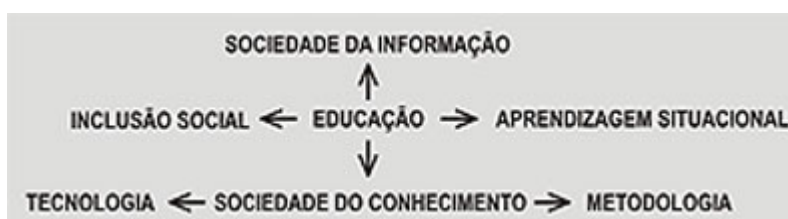
- Saber focalizar um problema e identificar suas múltiplas dimensões e impactos no contexto em que está inserido;
- Aprender a criar e analisar o cenário situacional do problema identificado;
- Criar recursos pessoais para saber como observar a interconexão causal de um problema;
- Construir uma lógica pessoal de organização das informações a respeito de um problema, fundamentada numa disciplina científica;

- Capacitar a visão estratégica para o planejamento e o acompanhamento das ações em curso em um projeto;
- Sensibilizar os canais da intuição de forma que o educando possa se sentir livre para tomar decisões simples e complexas relacionadas ao problema em si;
- Aprender a comunicar uma idéia de forma expositiva e pública;
- Desenvolver uma ética pelo semelhante e pela natureza;
- Aprender a pensar de forma sistêmica e em rede;
- Perceber que o conhecimento é situacional e histórico, exigindo uma mudança de mentalidade e postura conforme o problema em questão;
- Construir condições favoráveis objetivas e subjetivas de desenvolvimento da capacidade criativa e de liderança.

Estes aspectos da educação na sociedade da informação se resumem em aprender como estabelecer e elaborar pré-diagnósticos, diagnósticos e prognósticos de um problema situacional, como forma de gerar soluções que reforcem a inclusão social, a partir de princípios tais como:

- Ter acesso irrestrito às oportunidades e benefícios do mercado;
- O desenvolvimento da aquisição de direitos de cidadania;
- A profissionalização adequada às necessidades de trabalho local;
- A distribuição de renda correspondente com as condições de produção e qualificação do indivíduo;
- Ter acesso irrestrito aos serviços básicos da vida.

Com isto, a educação e a inclusão digital se integrarão em uma mesma perspectiva de desenvolvimento local, tendo a internet como uma nova estratégia de aprendizagem e fortalecimento dos laços relacionais de sociabilidade e aproximação no mundo globalizado. Isto é, conforme aborda Tapscott, como a nova economia é uma sociedade do conhecimento, a aprendizagem forma parte da atividade econômica cotidiana e da vida, e tanto as empresas como os indivíduos estão descobrindo que precisam assumir a responsabilidade de aprender por uma questão de estarem incluídos neste novo contexto social.



A aprendizagem situacional é uma necessidade na sociedade da informação, pois é exatamente a capacidade de aprender a resolver problemas diversos relacionados com o exacerbado volume de informações, que traçará os destinos da inclusão social na sociedade do conhecimento.

A sociedade do conhecimento se torna desta forma, uma meta a ser perseguida pela educação no campo da inclusão digital e para tanto, é imprescindível que o educando e o educador construam juntos uma relação de aprender a aprender, sem as amarras do autoritarismo ou da doutrinação.

Para tanto, o método arqueológico do saber é que fundamentará a sociedade do conhecimento e conseqüentemente, preparará o indivíduo para entrar no mundo

digital, ocupando o status de sujeito proativo e qualificado instrumentalmente para absorver as demandas de criatividade e inovação, típicos da era tecnológica.